

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Tangará Energia S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	07
Demonstração do resultado	09
Demonstração dos resultados abrangentes.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Tangará Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tangará Energia S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tangará Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas das controladas da Sociedade são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A Sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Conforme divulgado na nota explicativa 4, em 31 de dezembro de 2022 essa estimativa totalizou R\$ 16.588 e R\$ 52.620 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia e calculadas com base no volume consumido de cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e suas controladas para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2022 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; (iv) revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e suas controladas para garantir que os contratos de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas; e (v) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas 4, e 21, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Sociedade possui ativo imobilizado no montante de R\$ 226.438 e R\$ 1.1.696.130 mil respectivamente, e anualmente, ou sempre que aplicável, analisa a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa. Esse valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como outras premissas adotadas no julgamento da administração, sendo que condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos e o grau de subjetividade das estimativas de valor recuperável utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de perda ao valor recuperável dos ativos de vida útil definida, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas em modelos financeiros para nos auxiliar no entendimento e revisão das premissas significativas e metodologias de cálculo adotadas pela Administração; (iii) comparação entre as premissas significativas utilizadas nos fluxos de caixa com as tendências econômicas, da indústria e com os dados operacionais históricos da Sociedade; (iv) avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; e (v) avaliação das divulgações da Sociedade sobre este assunto.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Diretoria, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

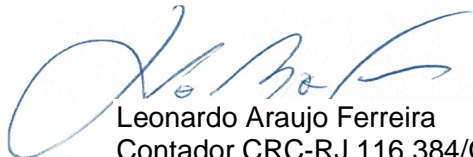
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ 116.384/O

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.939	15.079	36.145	68.033
Contas a receber	4	23.305	31.380	54.233	67.999
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7	835	-	38.565	-
Dividendos a receber	26	46.088	21.815	-	-
Impostos a recuperar	5	9.414	9.844	17.175	17.623
Despesas antecipadas		552	453	2.604	2.211
Mútuos a receber	6	96.046	103.386	93.046	100.775
Outros		2.662	4.668	6.970	8.938
Total do ativo circulante		185.841	186.625	248.738	265.579
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7	-	-	17.152	14.472
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	233	298	233	298
Investimento	9	1.256.432	1.311.548	-	-
Imobilizado	10	226.438	261.729	1.696.130	1.810.182
Arrendamento	11	215	330	5.634	4.785
Depósitos judiciais		13	13	669	476
Total do ativo não circulante		1.483.331	1.573.918	1.719.818	1.830.213
Total do ativo		1.669.172	1.760.543	1.968.556	2.095.792

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	12	20.667	12.511	68.675	62.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	82.861	61.924	100.926	93.016
Impostos e contribuições a recolher	14	796	2.577	6.461	7.757
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	-	310	-	310
Salários e encargos sociais		1.095	1.392	1.097	1.391
Dividendos a pagar	26	11.078	-	11.123	38
Arrendamento	11	112	110	609	455
Outras contas a pagar	16	903	857	5.453	5.232
Total do passivo circulante		117.512	79.681	194.344	171.112
Não circulante					
Contas a pagar	12	-	-	17.734	12.956
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	460.981	526.206	650.589	744.309
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	8	-	82	-	82
Impostos diferidos	25	9.182	7.160	9.182	7.160
Provisão para contingências	15	92	81	4.285	3.310
Arrendamento	11	145	244	5.646	4.732
Outras contas a pagar	16	-	-	5.494	5.020
Total do passivo não circulante		470.400	533.773	692.930	777.569
Patrimônio líquido					
Capital social	17	1.006.241	1.277.649	1.006.241	1.277.649
Prejuízos acumulados	17	-	(172.338)	-	(172.338)
Reservas de lucros	17	40.236	-	40.236	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	8.241	15.236	8.241	15.236
Reserva de incentivos fiscais	17	8.784	8.784	8.784	8.784
Reservas de capital	17	17.758	17.758	17.758	17.758
		1.081.260	1.147.089	1.081.260	1.147.089
Participação de acionistas não controladores	18	-	-	22	22
Total do patrimônio líquido		1.081.260	1.147.089	1.081.282	1.147.111
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.669.172	1.760.543	1.968.556	2.095.792

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	19	195.161	206.168	481.630	289.291
Custo de geração de energia	20	(137.316)	(130.504)	(302.787)	(186.566)
Lucro bruto		57.845	75.664	178.843	102.725
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	20	(2.142)	(1.188)	(7.222)	(2.758)
Resultado com equivalência patrimonial	9	74.449	(62.272)	-	-
Outras despesas operacionais	21	(7.046)	(37.565)	(24.962)	(121.205)
		65.261	(101.025)	(32.184)	(123.963)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		123.106	(25.361)	146.659	(21.238)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	6.181	2.002	15.226	5.416
Despesas financeiras	22	(82.946)	(26.992)	(104.642)	(31.711)
		(76.765)	(24.990)	(89.416)	(26.295)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		46.341	(50.351)	57.243	(47.533)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	-	(1.439)	(10.896)	(4.257)
Diferido	23	(2.022)	(12.173)	(2.022)	(12.173)
		(2.022)	(13.612)	(12.918)	(16.430)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		44.319	(63.963)	44.325	(63.963)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Controladora		44.319	(63.963)	44.319	(63.964)
Acionistas não controladores	18	-	-	6	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	44.319	(63.963)	44.325	(63.963)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	44.319	(63.963)	44.325	(63.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados (prejuízos)	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		106.512	(2)	17.758	-	-	807	25.067	(110.229)	39.913	-	39.913
Integralização do capital social		-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Incorporação de São João por Tangará	17.a	870.092	-	-	-	-	-	-	-	870.092	21	870.113
Capitalização do empréstimo através de aumento de capital	17.a	301.045	-	-	-	-	-	-	-	301.045	-	301.045
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	17.c	-	-	-	-	-	-	(9.831)	9.831	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(63.963)	(63.963)	1	(63.962)
Reserva de incentivo fiscal	17.d	-	-	-	-	-	7.977	-	(7.977)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.277.649	-	17.758	-	-	8.784	15.236	(172.338)	1.147.089	22	1.147.111
Redução de capital ocorrido no exercício	17.a	(99.070)	-	-	-	-	-	-	-	(99.070)	-	(99.070)
Redução de capital através de absorção prejuízos acumulados	17.a	(172.338)	-	-	-	-	-	-	172.338	-	-	-
Impostos sobre a reavaliação positiva	17.d	-	-	-	-	-	-	(2.323)	2.323	-	-	-
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	17.d	-	-	-	-	-	-	(4.672)	4.672	-	-	-
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores	17.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	44.319	44.319	6	44.325
Constituição de reserva legal	17.b	-	-	-	2.332	-	-	-	(2.332)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.f	-	-	-	-	-	-	-	(11.078)	(11.078)	(1)	(11.079)
Reserva de dividendos complementares	17.f	-	-	-	-	37.904	-	-	(37.904)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.006.241	-	17.758	2.332	37.904	8.784	8.241	-	1.081.260	22	1.081.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		44.319	(63.963)	44.325	(63.962)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização da mais valia alocada em ativo	10	34.688	29.973	119.258	51.383
Amortização da mais valia alocada na aquisição de controladas	9	14.918	4.243	-	-
Depreciação de arrendamento	11	120	23	800	128
Baixa de arrendamento	11	-	-	122	-
Juros sobre arrendamento	11	26	6	527	105
Encargos financeiros, líquidos	6 e 13	79.640	25.438	99.680	30.091
Baixa de ativo imobilizado	10	1.742	17	6.955	2.366
Resultado de equivalência patrimonial	9	(74.449)	62.272	-	-
Constituição de impairment nas controladas	10	-	-	8.495	119.158
Reversão de <i>impairment</i>	9	-	37.844	-	-
Amortização de UBP	8	65	85	65	85
Amortização de provisão para desmobilização	16	-	-	474	108
Provisão para contingências	15	11	(15)	975	77
Impostos diferidos	23	2.022	12.173	2.022	12.173
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		8.075	48.175	13.766	(4.438)
Impostos a recuperar		430	(1.161)	448	(3.249)
Depósitos judiciais		-	(13)	(193)	(24)
Despesas antecipadas		(99)	(197)	(393)	1.082
Outros		2.006	(1.901)	1.968	(1.993)
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(835)	-	(41.245)	8
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(1.367)	(5.929)	1.016	(10.514)
Salários e encargos sociais		(297)	(63)	(294)	(64)
Impostos e contribuições a recolher		(1.781)	(468)	(1.296)	(1.877)
Uso do bem público - UBP - Direitos de outorga	8	(392)	(423)	(392)	(423)
Outras contas a pagar		46	857	222	(382)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		108.888	146.973	257.305	129.838
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		57.751	16.850	-	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	-	(154.910)	-	(140.837)
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada -	6	9.400	2.859	9.791	12.000
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	9	32.623	46.740	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	10	(1.140)	(30.945)	(20.656)	(34.674)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		98.634	(119.406)	(10.865)	(163.511)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	12.966	-	-	-
Gastos com investimentos sociais	13	-	-	-	52
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures -	13	(58.492)	(45.000)	(88.892)	(23.968)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	13	(80.462)	(20.916)	(98.660)	(25.378)
Pagamento de arrendamento	11	(128)	(5)	(1.230)	(174)
Aumento de capital social	17	-	2	-	2
Redução de capital social	17	(89.546)	-	(89.546)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(215.662)	(65.919)	(278.328)	(49.466)

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa—Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de Caixa	(8.140)	(38.352)	(31.888)	(83.139)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	15.079	27.431	68.033	27.431
Adição de caixa por incorporação	-	26.000	-	123.741
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6.939	15.079	36.145	68.033
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(8.140)	(38.352)	(31.888)	(83.139)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	-	348	6.727	8.495
Valores pagos de CS:	-	2.309	3.948	6.351
Redução do capital social sem efeito caixa	9.524	-	9.524	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Tangará” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Sociedade poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

A Sociedade mantém e explora a Usina Hidrelétrica Guaporé (“UHE Guaporé”), com potência instalada de 120 MW, localizada no Município Pontes e Lacerda, no Estado do Mato Grosso, nos termos do Contrato de Concessão de Geração nº 15/2000-ANEEL, e está autorizada a operar como concessionária do uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia e autoprodutor de energia.

O início das operações comerciais da UHE Guaporé ocorreu no dia 08 de abril de 2003, com a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Em junho de 2003, a usina atingiu a condição de operação plena, com a operação comercial das três unidades geradoras, cada uma com potência instalada de 40 MW, resultando em uma potência instalada de 120 MW.

Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado Contrato de Venda e Compra de Ações e/ou Quotas, de acordo com o qual a Rede Energia S.A. - em recuperação judicial alienou à Turmalina Energética S.A. (“Turmalina”), sociedade que possuía sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e era, na época, integrante, do Grupo Brookfield, o controle da Sociedade. A efetiva transferência das ações e do respectivo controle da Sociedade ocorreu em 19 de maio de 2015.

Em 01 de setembro de 2017, a Sociedade incorporou sua controladora Turmalina Energética S.A., passando a ser controlada pelo Investimento Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 97,215% das ações, e investida da Santo Ivo Energética S.A, detentora de 2,78% das ações. Adicionalmente, desde 5 de agosto de 2015, a Sociedade tem em seu quadro de acionistas pessoas físicas, cuja participação, em conjunto, perfaz aproximadamente 0,005% do capital social votante.

Além disso, a referida incorporação teve como efeito, dentre outros, a extinção da Turmalina Energética S.A., sendo registrados na Tangará os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da incorporada, inclusive a sua Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia.

Em 01 de outubro de 2021, a Sociedade incorporou sua então controlada São João Energética S.A, que foi extinta, tornando-se, portanto, sucessora da incorporada em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Em razão da referida incorporação, a Sociedade passou a ser controladora direta de Geração Centrais Eólicas RN Holding, Apollo Comercializadora Ltda., SPE Cristina Energia S.A., PCH Ze Tunin S.A., Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. e Geração Bioeletricidade Holding S.A.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Sociedade detém outorgas de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos em 30 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a UHE Guaporé teve o prazo de sua outorga alterado para 17 de julho de 2026. A referida extensão foi firmada junto à ANEEL em 07 de outubro de 2022, com a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/2000.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.074/1995, a UHE Guaporé possui ainda o direito a solicitar prorrogação de sua concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Lei nº 8.987/95, conhecida como Lei de Concessões, estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do poder concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2003	06/06/2025

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Eólicas)

A Sociedade possui controle indireto em empresas de geração de energia eólica denominadas de Geração Central Eólica Renascença I S.A. ("Renascença I"), Geração Eólica Renascença II S.A. ("Renascença II"), Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A. ("Renascença III"), Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A. ("Renascença IV") e Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A. ("Ventos de São Miguel"), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de parques eólicos, no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte.

Investida	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL/MME	Vencimento do prazo da autorização
Renascença I	30	PRT 284/2011	02/05/2046
Renascença II	30	PRT 286/2011	04/05/2046
Renascença III	30	PRT 306/2011	13/05/2046
Renascença IV	30	PRT 345/2011	02/06/2046
Ventos de São Miguel	30	PRT 283/2011	02/05/2046

As controladas indiretas de eólicas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Cliente	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/09/2013	31/08/2033
Partes Relacionadas	01/01/2021	31/12/2025

Em 27 de setembro de 2019, a Garantia Física EOL Ventos de São Miguel foi alterada para 14,5 MWmed através da Portaria nº 292.

Em 16 de agosto de 2022, através do Despacho 2.249 foi alterada a denominação da empresa Geração Central Eólica Renascença I para Complexo Eólico Camilo Pontes I.

Em 16 de agosto de 2022, através do Despacho 2.250 foi alterada a denominação da empresa Geração Central Eólica Renascença II para Complexo Eólico Camilo Pontes II.

Em 16 de agosto de 2022, através do Despacho 2.251 foi alterada a denominação da empresa Geração Central Eólica Renascença III para Complexo Eólico Camilo Pontes III.

Em 16 de agosto de 2022, através do Despacho 2.252 foi alterada a denominação da empresa Geração Central Eólica Renascença IV para Complexo Eólico Camilo Pontes IV.

Em 16 de agosto de 2022, através do Despacho 2.253 foi alterada a denominação da empresa Geração Central Ventos de São Miguel para Complexo Eólico Camilo Pontes V.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Controladas indiretas (Biomassa)

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. ("Vista Alegre I"), Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A. ("Vista Alegre II"), Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda. ("Santa Cândida I") e Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda. ("Santa Cândida II") detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Usinas Termelétricas ("UTES"), na forma de produtores independentes de energia:

UTE	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Vista Alegre I	60	REA 1.745/2008	Maracaju – MS
Vista Alegre II	30	PRT 363/2014	Maracaju – MS
Santa Cândida I	30	RES 481/2001	Bocaina – SP
Santa Cândida II	55	PRT 391/2014	Bocaina – SP

As controladas indiretas de biomassa da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Venda

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2018	31/12/2042
Partes relacionadas	01/01/2019	01/05/2030

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Através do Despacho nº 2.579, de 24 de agosto de 2021, a ANEEL decide suspender, a partir de 25 de agosto de 2021, a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, com 30.000 kW cada, totalizando 60.000 kW de capacidade instalada, da UTE Vista Alegre I.

Em 29 de setembro de 2021, através da Portaria nº 988, foi definido os montantes de Garantia Física das Usinas Termelétrica – UTE Vista Alegre I e Vista Alegre II, que passou a ser 0,0 MWmed.

Em 13 de outubro de 2021, foi publicado o ajuste do prazo da outorga da Usina Termelétrica – UTE Vista Alegre I, nos termos da Lei 14.120, de 1º de março de 2021, que ajusta para 30 (trinta) anos, contados a partir da data de operação comercial da primeira unidade gerador, a nova vigência passou a ser 31 de julho de 2039.

Através do Despacho nº 3.644, de 12 de novembro de 2021, a Agência (ANEEL) decide suspender, a partir de 13 de novembro de 2021, a operação comercial da unidade geradora UG1, com 30.000 kW de capacidade instalada, da UTE Vista Alegre II.

Através do Despacho nº 434, de 15 de fevereiro de 2022, a Agência (ANEEL) decide conhecer o Recurso Administrativo interposto por Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A em face do Despacho nº 3.644, de 12 de novembro de 2021, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG, que suspendeu a operação comercial a partir de 13 de novembro de 2021, da unidade geradora UG1 da Usina Termelétrica Vista Alegre II.

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade por meio de suas controladas diretas Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. (“Rio Grande”), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A. (“PCH Zé Tunin”) e SPE Cristina Energia S.A. (“SPE Cristina”) detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Controlada	Potência em MW	Autorização ANEEL/MME	Local
Santo Antônio	Rio Grande	8,0	RES 1.454/2008	Bom Jardim – RJ
Caju	Rio Grande	10,0	RES 1.452/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
São Sebastião do Alto	Rio Grande	13,2	RES 1.453/2008	São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena– RJ
Zé Tunin	PCH Zé Tunin	8,0	REA 2.994/2011	Guarani e Astolfo Dutra – MG
Cristina	SPE Cristina	3,8	RES 354/1999	Cristina – MG

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Caju, Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin tiveram os prazos de outorga estendidos para 18 de janeiro de 2045, 15 de fevereiro de 2045, 08 de janeiro de 2045 e 11 de julho de 2048, respectivamente.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin tiveram os prazos de outorgas estendidos para 04 de fevereiro de 2042, 18 de agosto de 2041 e 27 de dezembro de 2042, respectivamente. Já para a PCH Caju, o ajuste ocorreu por meio da Resolução Autorizativa nº 11.023, de 25 de janeiro de 2022, que alterou seu prazo para 17 de março de 2041.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as PCHs Caju, Santo Antônio, São Sebastião do Alto e Zé Tunin em acordo com o disposto na Lei 14.182.

A PCH Cristina, por sua vez, também foi enquadrada na Resolução Homologatória nº 2.932/2021 (Lei nº 14.182 – Compensação GSF), tendo seu prazo de outorga estendido para 18 de julho de 2023. No entanto, em 25 de janeiro de 2022, teve recurso negado pela ANEEL para ajuste do prazo de outorga decorrente da Lei nº 14.120, de 2021.

Controladas diretas (Hidrelétricas)--Continuação

As controladas diretas hidrelétricas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Clientes	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Parte Relacionada	01/02/2019	31/12/2023
Indústria	01/01/2010	31/12/2024
Consumidor Livre	01/03/2010	30/11/2023

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

Controlada direta (Comercializadora)

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado a 1º Alteração do Contrato Social pelo qual a São Carlos Energética Ltda. teve sua denominação social alterada para Apollo Comercializadora Ltda., bem como seu objeto social modificado para contemplar a comercialização de energia elétrica no mercado varejista.

Posteriormente, em 03 de outubro de 2019, foi realizada a 2º Alteração do Contrato Social, pelo qual, houve a saída das sócias Brookfield Energia Renovável S.A. e Brookfield Energia Renovável Participações S.A. para ingresso de São João Energética S.A. e Santo Ivo Energética S.A. através do contrato de compra e venda de ações celebrado na mesma data.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, dividendos a receber, mútuos a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados, uso do bem público – UBP – Direitos de Outorga, contratos de comercialização de energia e ativo financeiro.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros--Continuação*

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, uso do bem público (UBP), contratos de comercialização de energia e arrendamento.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 9), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

A mais valia apurada pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foi amortizado de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Na demonstração financeira consolidada, a mais valia foi alocada na rubrica do ativo imobilizado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 10.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

j) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal para comercializadora do grupo e, ao final, concluiu que está atuando como Principal, visto que ela é a responsável por atender a obrigação de desempenho dos contratos celebrados com partes relacionadas. As transações de compra e venda de energia intragrupo operadas pela Sociedade são para fins de eficiência do portfólio do grupo, caracterizando-se desta forma como portfólio de Atacado, fora do escopo da NBC TG 48 (IFRS 9).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade e as controladas Bioeletricidade Holding, RN Holding e Apollo Comercializadora, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

Para as Sociedades de lucro presumido os impostos são apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

m) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos por unidade geradora de caixa com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Por se tratar por ativo de geração de energia elétrica todos possuem a mesma natureza para apresentação.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão é registrada com base no fluxo de desembolso esperado trazido a valor presente.

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão.

Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2022	2021
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,99%
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas	2022	2021
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Eólica Renascença II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	100,00%	100,00%
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	100,00%	100,00%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	100,00%	100,00%
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	100,00%	100,00%

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	139	6.202	2.296	19.866
Aplicações financeiras	6.800	8.877	33.849	48.167
Total	6.939	15.079	36.145	68.033

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	-	-	-	1.602
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	5.550	22.839	29.684
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	-	3.677
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	6.800	3.327	11.010	13.204
			6.800	8.877	33.849	48.167

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de energia	16.587	16.087	44.565	48.922
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	394	2.557	5.856
Contas a receber – partes relacionadas	6.718	14.899	7.111	13.221
Indenizações – parceiro de consórcio (**)	-	-	125.191	125.191
	23.305	31.380	179.424	193.190
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(125.191)	(125.191)
	23.305	31.380	54.233	67.999

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(**) As controladas indiretas da Sociedade mantêm valor a receber da Tonon Bioenergia S.A., correspondente à indenização prevista contratualmente, de forma a cobrir os custos incorridos na aquisição de energia por indisponibilidade de biomassa durante a safra 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019. Tais controladas estão se recuperando dos gastos incorridos com aquisição de energia durante a quebra de safra de cana-de-açúcar.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo a vencer (*)	16.588	20.272	52.620	49.964
Saldo vencido até 30 dias	65	11.105	429	17.757
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	-	50	112
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	3	118	113
Saldo vencido de 181 a 365 dias	6.650	-	616	116
Saldo vencido há mais de 365 dias	2	-	125.591	125.398
Total	23.305	31.380	179.424	193.190

CO

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a compensar	4.641	3.930	6.334	5.195
IRRF sobre aplicações financeiras	1.330	702	2.203	1.490
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	-	143	1.196	744
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	599	2.038	1.564	2.645
Total impostos diretos	6.570	6.813	11.297	10.074
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	2	2	24	24
PIS - Programa de integração social	506	535	997	1.118
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.307	2.466	4.538	6.089
ISS a recuperar	-	-	27	27
Outros	29	28	292	291
Total impostos indiretos	2.844	3.031	5.878	7.549
Total - Impostos a recuperar	9.414	9.844	17.175	17.623

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

Credor	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	3.000	3.000	-	-
Pérola Energética S.A	93.046	100.386	93.046	100.386
Santo Ivo Energética S.A.	-	-	-	389
	96.046	103.386	93.046	100.775

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial (*)	103.386	34.660	100.775	34.660
Liberação de recursos para partes relacionadas - com efeito caixa	-	154.910	-	140.837
Exclusão do mútuo por incorporação - sem efeito caixa	-	(55.393)	-	-
Exclusão do mútuo por consolidação	-	-	-	(34.660)
Imposto sobre operação financeira	2.060	878	2.062	748
Amortização de principal - sem efeito caixa (**)	-	(28.810)	-	(28.810)
Amortização de principal com efeito caixa	(9.400)	(2.859)	(9.791)	(12.000)
Saldo final	96.046	103.386	93.046	100.775

(*) Saldo inicial do consolidado em 01 de janeiro de 2021 se trata do saldo histórico da controladora.

(**) Devido a incorporação ocorrida em 01 de outubro de 2021 de São João Energética S.A. por Tangará Energética S.A. houve um encontro de contas entre saldos de ativo e passivo.

Operação de mútuo realizada com a controlada Geração Biomassa Vista Alegre I durante o exercício de 2020, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

Operação de mútuo realizada entre Tangará e Pérola Energética S.A. durante o exercício de 2021, sem incidência de juros e com data de vencimento indeterminada.

Operação de mútuo realizada entre Apollo e Santo Ivo Energética S.A. durante o exercício de 2021, sem incidência de juros e foi liquidado durante o exercício de 2022.

Com a incorporação em 1º de outubro de 2021 de São João Energética S.A. pela Tangará Energia S.A. o mútuo entre elas no montante de R\$ 55.393 também foi incorporado, assim como, o encontro de contas entre saldos de ativo e passivo entre São João Energética S.A. e Apollo Comercializadora Ltda, sendo, portanto, extinto.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

A Sociedade e suas controladas adotaram de forma prospectiva a definição após mudança na política contábil do grupo devido a atualização do IAS1 que esclareceu que os saldos de caixa restritos consistem em contas das quais não se podem transferir recursos sem a aprovação expressa de terceiros.

A Sociedade e suas controladas possuem saldo em conta corrente referente aos eventos financeiros apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os agentes que apresentam posição devedora na contabilização precisam depositar Garantias Financeiras na conta de custódia mantida no Bradesco Trianon. Após a contabilização final do consumo de energia, ocorre a liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo – MCP pelo Bradesco Trianon, que consiste no pagamento e recebimento dos débitos e créditos apurados pela CCEE.

As controladas da Sociedade possuem na Conta Centralizadora do Banco Itaú saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Itaú, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, faz a manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

As controladas da Sociedade possuem na conta Reserva Especial do Itaú depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A conta é destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da Conta Centralizadora do Itaú, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas, exceto para os casos de recomposição do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M e de pagamento de dividendos para a conta reserva especial da holding.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Depósitos restituíveis e valores vinculados--Continuação

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Bradesco S.A.	Conta Corrente	-	835	-	1.974	-
Banco Itaú S.A.	Fundo Itaú	CDI	-	-	34.234	-
Banco Itaú S.A.	Conta Corrente	CDI	-	-	2.357	-
		Total curto prazo:	835	-	38.565	-

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	-	-	17.152	14.472
		Total longo prazo:	-	-	17.152	14.472

As controladas da Sociedade possuem, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 17.152 depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de Outorga

A Sociedade, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Guaporé, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela FGV.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (pro rata temporis), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva.

A Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público - Direitos de Outorga:

Saldos do Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	298	383	298	383
Amortização	(65)	(85)	(65)	(85)
Saldo final	233	298	233	298

Saldos do passivo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	392	815	392	815
Juros provisionados	118	-	-	-
Pagamento	(510)	(423)	(392)	(423)
Saldo final	-	392	-	392

Passivo circulante	-	310	-	310
Passivo não circulante	-	82	-	82

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora)

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	100,00%	100,00%	197.411	200.396	18.539	13.599	197.411	200.396	18.539	6.546
Apollo Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%	6.722	3.862	3.266	(1.420)	6.722	3.862	3.266	(3.038)
SPE Cristina Energia S.A.	99,99%	99,99%	21.678	20.512	3.433	954	21.675	20.509	3.433	551
PCH Zé Tunin S.A.	100,00%	100,00%	57.635	57.085	3.915	2.376	57.635	57.085	3.915	979
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	99,99%	99,98%	159.498	166.585	48.153	68.210	159.479	166.566	48.148	9.705
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	100,00%	100,00%	417.764	452.466	(2.852)	(81.403)	417.764	452.466	(2.852)	(77.015)
Mais valia alocada na aquisição de controladas					-	-	395.746	410.664	-	-
Total					74.454	2.316	1.256.432	1.311.548	74.449	(62.272)

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Redução de capital nas investidas	Dividendos	Amortização da mais valia	Saldo em 2022
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	200.396	18.539	-	(21.524)	-	197.411
Apollo Comercializadora Ltda.	3.862	3.266	-	(406)	-	6.722
SPE Cristina Energia S.A.	20.509	3.433	(773)	(1.494)	-	21.675
PCH Zé Tunin S.A.	57.085	3.915	-	(3.365)	-	57.635
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	166.566	48.148	-	(55.235)	-	159.479
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	452.466	(2.852)	(31.850)	-	-	417.764
Mais valia alocada na aquisição de controladas	410.664	-	-	-	(14.918)	395.746
Total	1.311.548	74.449	(32.623)	(82.024)	(14.918)	1.256.432

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimento (Controladora)--Continuação

Controladas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Aumento (Redução) de capital		Impairment (*)	Amortização de mais valia	Incorporação de São João	Saldo em 2021
			nas investidas	Dividendos				
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	-	6.546	34.913	(3.231)	-	-	162.168	200.396
Apollo Comercializadora Ltda.	-	(3.038)	-	-	-	-	6.900	3.862
SPE Cristina Energia S.A.	-	551	1.885	(227)	-	-	18.300	20.509
PCH Zé Tunin S.A.	-	979	5.894	(564)	-	-	50.776	57.085
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	-	9.705	(63.082)	(16.197)	-	-	236.140	166.566
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	-	(77.015)	(26.350)	-	-	-	555.831	452.466
Ágio alocado na aquisição de controladas	-	-	-	-	(37.844)	(4.243)	452.751	410.664
Total	-	(62.272)	(46.740)	(20.219)	(37.844)	(4.243)	1.482.866	1.311.548

(*) Impacto da reversão da mais valia da Geração Biomassa Vista Alegre I S.A. registrado em Tangará devido ao registro de impairment.

Principais informações sobre as empresas controladas

	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	208.608	11.197	197.411	18.539	213.543	13.147	200.396	13.599
Apollo Comercializadora Ltda.	37.485	30.763	6.722	3.266	34.335	30.473	3.862	(1.420)
SPE Cristina Energia S.A.	22.953	1.275	21.678	3.433	23.279	2.767	20.512	954
PCH Zé Tunin S.A.	59.352	1.717	57.635	3.915	60.825	3.740	57.085	2.376
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	199.099	39.601	159.498	48.148	184.738	18.153	166.585	68.210
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	441.283	23.519	417.764	(2.852)	461.612	9.146	452.466	(81.403)

A mais valia alocada em ativos será amortizada conforme prazo de autorização de cada usina, conforme detalhado na Nota explicativa 1. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial, foi apurado o resultado de cada controlada, entre 1º de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Em serviço					Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Mais valia na incorporação	
31 de dezembro de 2020	1.743	122.378	74.397	23.286	21.139	473	980	271.116	515.512
Adições	-	-	29.073	-	-	442	1.430	-	30.945
Baixas	-	(91)	-	-	-	-	-	-	(91)
Transferências	-	560	165	-	-	-	(725)	-	-
31 de dezembro de 2021	1.743	122.847	103.635	23.286	21.139	915	1.685	271.116	546.366
Adições	-	-	-	-	-	52	1.088	-	1.140
Baixas	-	(1.409)	-	-	(4.074)	-	(13)	-	(5.496)
Transferências	-	1.554	-	1	-	(441)	(1.114)	-	-
31 de dezembro de 2022	1.743	122.992	103.635	23.287	17.065	526	1.646	271.116	542.010
31 de dezembro de 2020	-	(58.407)	(27.101)	(8.489)	(10.191)	-	-	(150.550)	(254.738)
Adições de depreciação	-	(3.638)	(3.521)	(548)	(673)	-	-	-	(8.380)
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	(21.593)
Baixas de depreciação	-	74	-	-	-	-	-	-	74
31 de dezembro de 2021	-	(61.971)	(30.622)	(9.037)	(10.864)	-	-	(172.143)	(284.637)
Adições de depreciação	-	(4.250)	(7.646)	(549)	(650)	-	-	-	(13.095)
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	(21.593)
Baixas de depreciação	-	1.123	-	-	2.631	-	-	-	3.754
31 de dezembro de 2022	-	(65.098)	(38.268)	(9.586)	(8.883)	-	-	(193.736)	(315.571)
Total em 31 de dezembro de 2021	1.743	60.876	73.013	14.249	10.275	915	1.685	98.973	261.729
Total em 31 de dezembro de 2022	1.743	57.894	65.367	13.701	8.182	526	1.646	77.380	226.438

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)—Continuação

	Em serviço				Em curso				Ajuste a valor recuperável	Total	
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão para desmobilização	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento			Mais valia na incorporação
31 de dezembro de 2020	1.743	122.378	74.397	23.286	-	21.139	473	980	271.116	-	515.512
Incorporação de São João	17.825	1.323.988	183.193	116.039	3.479	126.444	5.107	16.980	-	(8.530)	1.784.525
Mais valia controladas	-	487.733	114.755	-	-	-	(180)	180	-	-	602.488
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.283)	(156.283)
Adições	-	-	29.073	-	-	-	435	5.166	-	-	34.674
Baixas	-	(2.550)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.550)
Transferências	-	2.875	165	-	-	-	-	(3.040)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	19.568	1.934.424	401.583	139.325	3.479	147.583	5.835	20.266	271.116	(164.813)	2.778.366
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.350)	(6.350)
Impairment de EBVAII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.951)	(8.951)
Adições	-	-	-	-	-	-	2.355	18.301	-	-	20.656
Baixas	-	(6.922)	-	-	-	(4.075)	(10)	(52)	-	-	(11.059)
Transferências	3.447	15.236	1.740	760	-	(628)	(603)	(19.952)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	23.015	1.942.738	403.323	140.085	3.479	142.880	7.577	18.563	271.116	(180.114)	2.772.662
31 de dezembro de 2020	-	(58.407)	(27.101)	(8.489)	-	(10.191)	-	-	(150.550)	-	(254.738)
Incorporação de São João	(4.951)	(426.418)	(51.925)	(32.052)	(788)	(34.755)	-	-	-	1.254	(549.635)
Mais valia controladas	-	(118.961)	(30.776)	-	-	-	-	-	-	-	(149.737)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.125	37.125
Adições de depreciação	(67)	(22.333)	(4.332)	(1.354)	(27)	(1.783)	-	-	-	106	(29.790)
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	-	(21.593)
Baixas de depreciação	-	184	-	-	-	-	-	-	-	-	184
31 de dezembro de 2021	(5.018)	(625.935)	(114.134)	(41.895)	(815)	(46.729)	-	-	(172.143)	38.485	(968.184)
Impairment de EBIOVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.819	4.819
Impairment de EBVAII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.987	1.987
Adições de depreciação	(314)	(75.917)	(12.510)	(3.793)	(106)	(5.025)	-	-	-	-	(97.665)
Amortização da mais valia alocada	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.593)	-	(21.593)
Baixas de depreciação	-	1.473	-	-	-	2.631	-	-	-	-	4.104
31 de dezembro de 2022	(5.332)	(700.379)	(126.644)	(45.688)	(921)	(49.123)	-	-	(193.736)	45.291	(1.076.532)
Total em:											
31 de dezembro de 2021	14.550	1.308.489	287.449	97.430	2.664	100.854	5.835	20.266	98.973	(126.328)	1.810.182
31 de dezembro de 2022	17.683	1.242.359	276.679	94.397	2.558	93.757	7.577	18.563	77.380	(134.823)	1.696.130

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

a) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 46.032, o qual foi registrado no ativo imobilizado.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

b) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2022 e 2021 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

As controladas SPE Cristina, PCH Zé Tunin e Rio Grande efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e 2021, e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos, a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizaram suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimentos que são passivos a essa renovação e concluíram que têm interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, as usinas passaram a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este, agora, considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Método de depreciação

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

A mais valia alocada na aquisição de controladas é amortizado pelo prazo da autorização.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)--Continuação

As controladas da Sociedade efetuam anualmente a revisão de mudanças circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica para efeito de teste de recuperabilidade de seus ativos, perante seu desempenho operacional e financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor recuperável da usina de geração de biomassa foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para o período remanescente da concessão da usina de geração de biomassa. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a queda na geração em decorrência a condições de mercado junto a parceiro de consórcio.

Durante o exercício de 2022 a companhia registrou nas Demonstrações Financeiras consolidadas uma provisão para impairment sendo:

	Custo	Depreciação	Impacto no resultado
Geração Bioeletricidade Holding S.A. (*)	8.951	(1.987)	6.964
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	6.350	-	6.350
	15.301	(1.987)	13.314

(*) Impacto da reversão da mais valia da Geração Biomassa Vista Alegre II S.A. registrado em Geração Bioeletricidade Holding S.A.

Após o reconhecimento da provisão de impairment referente ao exercício de 2022, A companhia possui um total de provisão para impairment nas Demonstrações Financeiras consolidadas de R\$134.823 sendo R\$86.266 referente a unidade geradora de caixa EBIOVA e R\$48.557 referente a unidade geradora de caixa EBVAII.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, vide tabela abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 31.300, bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Empresa	2021	2020	Extensão	Extensão	Extensão
			Outorga (meses) 2021	Outorga (meses) 2020	Outorga (meses) Total
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	13.534	12.158	14	65	79
PCH Zé Tunin S.A.	3.657	2.974	-	84	84
SPE Cristina Energia S.A.	1.609	1.441	04	27	31
Tangará Energética S.A.	29.073	-	12	-	12
	47.873	16.573			

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação da controladora

Custo	Equipamentos
31 de dezembro de 2020	<u>-</u>
Adições	353
31 de dezembro de 2021	<u>353</u>
Adições	5
31 de dezembro de 2022	<u>358</u>
Amortização	
31 de dezembro de 2020	<u>-</u>
Adições de amortização	(23)
31 de dezembro de 2021	<u>(23)</u>
Adições de amortização	(120)
31 de dezembro de 2022	<u>(143)</u>
Total em 31 de dezembro de 2021	<u>330</u>
Total em 31 de dezembro de 2022	<u>215</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)—Continuação

Movimentação do consolidado

Custo

	Terrenos	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2020	-	-	-
Adições	-	353	353
Incorporação de São João	4.295	859	5.154
31 de dezembro de 2021	4.295	1.212	5.507
Adições	938	833	1.771
Baixas	-	(475)	(475)
31 de dezembro de 2022	5.233	1.570	6.803
Depreciação			
31 de dezembro de 2020	-	-	-
Adições de depreciação	(33)	(95)	(128)
Incorporação de São João	(311)	(283)	(594)
31 de dezembro de 2021	(344)	(378)	(722)
Adições de depreciação	(160)	(640)	(800)
Baixas de depreciação	-	353	353
31 de dezembro de 2022	(504)	(665)	(1.169)
Total em 31 de dezembro de 2021	3.951	834	4.785
Total em 31 de dezembro de 2022	4.729	905	5.634

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, e delimitados às outorgas das controladas indiretas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	275	397	14.583	12.394
Ajuste a valor presente	(18)	(43)	(8.328)	(7.207)
	<u>257</u>	<u>354</u>	<u>6.255</u>	<u>5.187</u>
Passivo circulante	112	110	609	455
Passivo não circulante	145	244	5.646	4.732

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora
	Passivo
Saldo inicial	354
Adições	5
Pagamento	(128)
Juros sobre arrendamento	26
Saldos em 31/12/2022	<u>257</u>

	Consolidado
	Passivo
Saldo inicial	5.187
Adições	1.771
Pagamento	(1.230)
Juros sobre arrendamento	527
Saldos em 31/12/2022	<u>6.255</u>

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade e pelas controladas indiretas da Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	112	609
2025	33	609
2026	-	609
2027	-	609
A partir de 2028	-	3.210
	145	5.646

12. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	640	-	31.341	19.401
Fornecedores	6.872	6.080	12.016	17.454
Taxas ANEEL	2.195	4.896	2.195	4.896
Contas a pagar – partes relacionadas	10.941	1.485	40.571	33.317
Seguros	19	50	286	801
Total	20.667	12.511	86.409	75.869
Passivo circulante	20.667	12.511	68.675	62.913
Passivo não circulante	-	-	17.734	12.956

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os contratos celebrados entre as controladas indiretas do Leilão de Fontes Alternativas (LFA 2010) e a CCEE, estabelecem que sejam apuradas, em cada ano contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Como a geração das controladas indiretas foi abaixo do esperado, tais empresas deverão ressarcir a CCEE no quadriênio seguinte, no montante de R\$ 17.734.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2022		2021	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Apollo	Partes Relacionadas	Sem encargos	13.016	-	-	-
Banco Bradesco S.A.(**)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	47.236	315.000	41.844	360.000
Banco Bradesco S.A. (**)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33% a.a.	23.123	148.009	20.483	168.859
			83.375	463.009	62.327	528.859
			(514)	(2.028)	(403)	(2.653)
			82.861	460.981	61.924	526.206

(*) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(**) A dívida acima é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021 e ambas têm vencimento em 16 de Dezembro de 2027.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença I	6.242	38.086	6.203	43.855
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença II	6.224	37.974	6.185	43.725
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença III	6.225	37.976	6.186	43.728
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Renascença IV	6.231	38.012	6.192	43.770
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 1,89 % a.a.	Ventos de São Miguel	6.368	38.855	6.326	44.741
Banco Bradesco S.A. (****)	1ª emissão - Debêntures	100% CDI + 1,4% a.a.	Tangará	47.237	315.000	41.844	360.000
Banco Bradesco S.A. (****)	2ª emissão - Debêntures	100% CDI + 2,33%	Tangará	23.123	148.009	20.483	168.860
				101.650	653.912	93.419	748.679
				(514)	(2.028)	(403)	(2.653)
				(210)	(1.295)	-	(1.717)
				100.926	650.589	93.016	744.309

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do Banco Bradesco S.A., necessários para a 1ª emissão de debêntures.

(***) Refere-se a gastos destinados a investimentos sociais diversos dos estipulados para implantação do projeto financiado (Ventos de São Miguel).

(****) A dívida é oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	588.130	295.017	837.325	295.017
Captação	12.966	-	-	-
Juros provisionados	81.135	26.189	101.018	30.712
Amortização – principal - com efeito caixa	(58.492)	(45.000)	(88.892)	(23.968)
Amortização do principal - sem efeito caixa (*)	-	(28.810)	-	(28.810)
Pagamento de juros - com efeito caixa	(80.462)	(20.916)	(98.660)	(25.371)
Adição por Incorporação - sem efeito caixa	-	721.145	-	930.223
Exclusão do mútuo por incorporação - sem efeito caixa	-	(55.393)	-	-
Exclusão do mútuo por consolidação - sem efeito caixa	-	-	-	(34.660)
Capitalização do mútuo ISFIP e Santo Ivo - sem efeito caixa	-	(301.045)	-	(301.045)
IOF provisionado	51	-	-	-
	543.328	591.187	750.791	842.098
Adição por Incorporação	-	(3.184)	-	(4.952)
Despesa de contratação (*)	514	127	724	127
Gastos com investimentos sociais (**)	-	-	-	52
Saldo final	543.842	588.130	751.515	837.325

(*) Devido a incorporação ocorrida em 01 de outubro de 2021 de São João Energética S.A. por Tangará Energética S.A. houve um encontro de contas entre saldos de ativo e passivo.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor é composto por principal e juros e é amortizado semestralmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	BNDES	15 de março de 2030
São João – 1ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027
São João – 2ª Emissão de Debêntures	Banco Bradesco	16 de dezembro de 2027

Em 30 de setembro de 2021, a controladora liquidou integralmente as debêntures privadas com as partes relacionadas ISFIP e Santo Ivo, emitidas em 27 de dezembro de 2019. A operação tinha o vencimento em 30 de dezembro de 2025 para pagamento integral de juros e principal e foi contratada sem garantia ou covenants.

Em 19 de agosto de 2021, a empresa São João Energética S.A. emitiu duzentas mil debêntures públicas, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 200.000, com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI + 2,33 % a.a., com vencimento em 16 de dezembro de 2027 e com pagamentos de juros semestrais. Em 01 de outubro de 2021, o saldo devedor foi transferido para a controladora Tangará Energia S.A. através da incorporação.

Em 25 de agosto de 2021, a empresa São João Energética S.A. liquidou antecipadamente a Cédula de Crédito Bancário – CCB contratada em 26 de novembro de 2020 no valor de R\$ 120.000. Essa CCB era remunerada a 100% do CDI + 3,58% a.a., com vencimento em 13 de novembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	80.005	110.549
2025	47.495	78.039
2026	47.497	78.041
2027	285.984	316.466
Após 2027	-	67.494
Total	460.981	650.589

Controladora

A Sociedade está sujeita as garantias dadas ao Banco Bradesco que incluem alienação fiduciária de dividendos, além de covenants financeiros em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade está adimplente com todas as cláusulas. A Tangará Energia S.A. é fiadora deste contrato de empréstimo (oriunda da empresa São João Energética S.A., que foi incorporada em outubro de 2021).

Controladas indiretas (Éolicas)

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas constantes nos contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas escrituras das debêntures. Estas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), o qual foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não existiram cláusulas restritivas em *default* para a Sociedade e suas controladas.

Controladas diretas (Hidrelétricas)

A Sociedade está sujeita as garantias dadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas garantias incluem, alienação fiduciária dos imóveis e ações, cessão dos recebíveis.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021	2022	2021
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	2.480	2.455
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	1.439	1.163	2.664
Total impostos diretos	-	1.439	3.643	5.119
PIS - Programa de Integração Social	130	112	272	259
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	602	518	1.254	1.198
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	10	10	280	225
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	27	26	160	114
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	8	15	536	58
Retenções - Lei nº 10.833	8	8	96	99
IOF - Impostos sobre Operações Financeiras	-	-	51	-
Outros	11	449	169	685
Total impostos indiretos	796	1.138	2.818	2.638
Total - Impostos e contribuições a recolher	796	2.577	6.461	7.757

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Segue, abaixo, a movimentação das contingências prováveis provisionadas pelas controladas da Sociedade:

	Controladora			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
31 de dezembro de 2020	-	96	-	96
Adição	-	-	79	79
Baixa	-	(115)	-	(115)
Atualização	-	19	2	21
31 de dezembro de 2021	-	-	81	81
Atualização	-	-	11	11
31 de dezembro de 2022	-	-	92	92

	Consolidado			Total
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	
31 de dezembro de 2020	-	96	-	96
Adição por incorporação	2.984	-	153	3.137
Adição	-	-	79	79
Baixa	-	(115)	-	(115)
Atualização	88	19	6	113
31 de dezembro de 2021	3.072	-	238	3.310
Adição	116	-	944	1.060
Baixa	(117)	-	-	(117)
Atualização	7	-	25	32
31 de dezembro de 2022	3.078	-	1.207	4.285

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2022, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos trabalhistas

Tangará

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui uma ação trabalhista, classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 92 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2021).

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2022, há três ações trabalhistas classificadas e provisionadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.115 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2021).

Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui uma ação cível, classificada como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 116 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021).

Santa Cândida II

Em 31 de dezembro de 2022, não há ações trabalhistas classificadas e provisionadas como perda provável por seus assessores legais (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021).

b) Provisão para riscos cíveis

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2022, existem contingências classificadas e provisionadas pela Rio Grande como probabilidade de perda provável, no montante de R\$ 2.962 (R\$ 3.064 em 31 de dezembro de 2021), referente a quatro ações de desapropriação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

A Sociedade e suas controladas diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2022, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis:

	<u>2022</u>
Processos trabalhistas	697
Processos tributários	23.987
Processos cíveis	1.003
Processos ambientais	193
	<u><u>25.880</u></u>

Tangará

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui os seguintes processos classificados como possíveis: (i) tributários: uma execução fiscal, um mandado de segurança, um auto de infração e um pedido de compensação; (ii) duas ações cíveis, totalizando o montante de R\$ 24.287 (R\$ 4.219 em 31 de dezembro de 2021).

Rio Grande

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui os seguintes processos classificados como possíveis: (i) uma ação cível (desapropriação); (ii) uma ação tributária, relativa a uma execução fiscal e; (iii) dois autos de infração ambiental, totalizando o montante de R\$ 445 (R\$ 1.307 em 31 de dezembro de 2021).

Santa Cândida I

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui sete ações trabalhistas classificadas por seus assessores jurídicos como sendo perda possível, no montante de R\$ 697 (R\$ 633 em 31 de dezembro de 2021).

Renascença I S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 451 (R\$ 328 em 31 de dezembro de 2021), referente a uma ação cível indenizatória.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras contas a pagar

A composição do outras contas a pagar é:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
MRE/CCEE	903	857	5.453	5.232
Provisão para desmobilização	-	-	5.494	5.020
Total	903	857	10.947	10.252
Passivo circulante	903	857	5.453	5.232
Passivo não circulante	-	-	5.494	5.020

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Provisão para desmobilização	2022	2021
Saldo inicial	5.020	-
Atualização	474	108
Incorporação de São João por Tangará	-	4.912
Saldo final	5.494	5.020

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 1.006.241 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.277.649), dividido em 121.972.407.819 (cento e vinte e uma bilhões, novecentas e setenta e duas milhões, quatrocentas e sete mil, oitocentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, retificaram redução de capital da AGO de 18 de março de 2022, no montante de R\$ 592, sendo a redução de capital total de R\$ 271.408.

Em 18 de março de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 272.000, sendo 172.338 para absorção do prejuízo acumulado e R\$ 99.070 destinado ao pagamento de acionistas, sem o cancelamento de quotas.

Em 01 de outubro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a incorporação da São João à Tangará. Em razão da incorporação de São João, a Sociedade teve seu capital aumentado em R\$ 870.092, com a emissão 87.009.151.680 (oitenta e sete bilhões, nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, seiscentas e oitenta) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com base no valor do patrimônio líquido de São João, conforme balanço de incorporação (Nota 1).

Em 29 de setembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 301.045, com a emissão de 30.104.516.087 (trinta bilhões, cento e quatro milhões, quinhentas e dezesseis mil, oitenta e sete) ações ordinárias, sem valor nominal, com o objetivo de capitalização dos empréstimos entre a Sociedade e o ISFIP e Santo Ivo.

A cada ação ordinária é conferido um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A ação preferencial classe "R", inconversível em ações ordinárias, não tem direito a voto e goza das seguintes vantagens:

- (a) Recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social.
- (b) Prioridade, em caso de liquidação da Sociedade, no recebimento do capital e no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

O Estatuto Social determina que o não pagamento de dividendos previstos supra, por três exercícios consecutivos, conferirá às ações preferenciais o direito a voto, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos. A aquisição do direito de voto não implicará perda para essas ações de sua qualidade de preferenciais.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Sem prejuízo dos direitos assegurados às ações preferenciais classe “R”, elas poderão ser objeto de resgate pela Sociedade.

O resgate das ações preferenciais classe “R” será realizada por deliberação da Assembleia Geral, nas condições previstas no Artigo 7º do estatuto social, sendo condicionado à integralização total de tais ações e se dará tendo referência a data início da operação da Usina, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, acordada, para os efeitos do resgate, em 31 de março de 2003.

O resgate das ações preferenciais classe “R” será em períodos trimestrais, em quantidade correspondente a 1/32 (um trinta e dois avos) do total das ações, a partir do 2º ano da data de início da operação comercial, acordada, para os efeitos de resgate, em 31 de março de 2003, devendo estar concluído em até 8 (oito) anos. O processo de resgate das ações preferencias classe “R” se iniciou e foi concluído antes da efetiva transferência das ações da Sociedade para a Turmalina Energética S.A., sendo certo que na data-base 31/12/2015, a totalidade menos uma das ações preferenciais classe “R” foram resgatadas pela Sociedade e mantidas em tesouraria e, nesta condição, a essas ações atualmente não têm direito a dividendo nem voto, conforme artigo 30, §4º da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

e.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações referente à atualização monetária do preço da ação entre a data de sua emissão e a data efetiva de sua integralização.

A reserva especial de ágio, registrada no patrimônio líquido de Tangará em setembro de 2017, foi constituída mediante a incorporação reversa de Tangará por Turmalina, na qual a controlada Tangará sucedeu a controladora Turmalina no direito de amortização, para fins fiscais.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme o CPC 27 e ICPC 10 foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores são transferidos a conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2022 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de incentivos fiscais

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, laudo constitutivo nº 014/2015, o incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, concedendo à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Por questões administrativas da Receita federal, o benefício fiscal só pode ser utilizado a partir do segundo trimestre de 2017.

Em dezembro de 2017, esse benefício refletiu diretamente nas demonstrações financeiras. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos foram registradas na rubrica "Imposto de Renda" no resultado do exercício e na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido (Lei nº 11.638/07).

Em 15 de junho de 2015, Sociedade obteve o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, durante o período de 2015 a 2024. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ, a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9%, totalizando uma alíquota de IRPJ e CSLL de 15,25%.

f) Dividendos

O Estatuto Social determina que, após a destinação para a reserva legal (5% do lucro líquido do exercício, a qual não pode exceder de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76), o lucro líquido deve se destinar:

- (a) importância destinada ao Pagamento do Dividendo Fixo assegurado às ações preferenciais classe "R", nos termos do art. 6º, I, do Estatuto Social;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para o pagamento de remuneração aos acionistas. No caso das demais ações preferenciais, a remuneração será 10% (dez por cento) maior do que a atribuída aos titulares de ações ordinárias;
- (c) o saldo remanescente, se houver, será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Durante o exercício a Sociedade apresentou prejuízos acumulados.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

g) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico é diluído por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Número de ações ordinárias no início do exercício	121.972.407.819	4.858.740.052	121.972.407.819	4.858.740.052
Número de ações ordinárias no término do exercício	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819	121.972.407.819
Lucro líquido do exercício	44.319	(63.963)	44.325	(63.963)
Número médio ponderado das ações no exercício	121.972.407.819	36.645.866.667	121.972.407.819	36.645.866.667
Lucro/(Prejuízo) por ação – em reais	0.04	(0.17)	0.04	(0.17)

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Participação dos acionistas não controladores

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	21.678	3.433	3	-
RN Holding	0,012%	159.498	48.153	19	6
Total				22	6

2021

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
SPE Cristina	0,012%	20.512	954	2	-
RN Holding	0,012%	166.585	68.210	20	1
Total				22	1

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	201.346	159.610	418.331	218.295
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	367	-	100.607	16.495
Venda de energia elétrica - comercialização - partes relacionadas	-	33.289	-	28.540
Resultado com MRE/CCEE (*)	1.436	24.090	7.872	47.733
	203.149	216.989	526.810	311.063
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	(4)	(1)	(13.120)	(3.604)
PIS	(1.422)	(1.928)	(5.714)	(3.238)
COFINS	(6.562)	(8.892)	(26.346)	(14.930)
Receita operacional líquida	195.161	206.168	481.630	289.291

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica	47.510	40.556	47.378	40.556
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	46.314	20.417
Compra de energia elétrica – Comercialização	-	7.566	-	7.566
Compra de energia – Comercialização – partes relacionadas	5.860	41.106	-	25.788
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(113)	(826)	(14.492)	(6.842)
Royalties ANEEL	15.713	15.005	33.028	19.214
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	14	-
	68.970	103.407	112.242	106.699
Custo com a operação				
Serviços de terceiros	1.990	1.355	27.473	5.936
Seguros	8.510	7.457	12.527	8.136
Pessoal	6.993	8.982	7.076	8.902
Depreciação e amortização de mais valia alocada	49.773	34.325	115.304	51.596
Manutenção	218	192	3.457	1.138
MRE/CCEE (*)	297	(25.778)	16.360	946
Aluguéis e utilidades	2	2	3.068	908
Outros	563	562	5.280	2.305
	68.346	27.097	190.545	79.867
Total do custo de geração de energia	137.316	130.504	302.787	186.566

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	69	7	926	479
Viagens	2	-	11	4
Serviços de terceiros	702	-	1.585	326
Seguros	214	58	214	58
Pessoal	11	1	126	120
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	6	-
Serviços de administração – partes relacionadas	1.095	914	4.129	1.684
Promoção e publicidade	49	208	225	87
Total das despesas gerais e administrativas	2.142	1.188	7.222	2.758

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31/12/2021, nessa rubrica foi registrada recuperação de R\$ 31.300 devido ao registro da extensão de outorga (Nota 10).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Multas e juros sobre tributos	(14)	(4)	(88)	(11)
Perda do valor recuperável	-	(37.844)	(13.314)	(119.158)
Ganho (perda) na venda de ativos	(1.689)	93	(6.331)	(2.082)
Baixa e atualização de projetos	-	-	(2)	-
Custos com liquidação de processos judiciais	(5.342)	-	(5.347)	-
Outros	(1)	190	120	46
Total	(7.046)	(37.565)	(24.962)	(121.205)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	6.180	2.002	15.131	5.416
Variação monetária e cambiais, líquidas	1	-	1	-
Outros	-	-	94	-
Total	6.181	2.002	15.226	5.416
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	81.135	14.187	101.018	18.710
Juros sobre mútuos	-	12.002	-	12.002
Juros sobre arrendamento	26	6	527	105
Despesas com letras de crédito	76	107	79	107
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1	2	1	2
Multas e encargos sobre empréstimos	952	175	1.162	227
Atualização de contingências	163	-	406	-
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	474	108
Outros	593	513	975	450
Total	82.946	26.992	104.642	31.711

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Corrente				
Imposto de renda	-	-	7.261	1.839
Contribuição social	-	1.439	3.635	2.418
Total do imposto corrente	-	1.439	10.896	4.257
Diferido				
Imposto de renda	1.271	7.099	1.271	7.099
Contribuição social	751	5.074	751	5.074
Total do imposto diferido	2.022	12.173	2.022	12.173
Total com despesas de impostos	2.022	13.612	12.918	16.430

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

	2022	2021
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	3.935	4.666
Provisões temporárias	279	164
Extensão Outorga - GSF	(5.073)	(5.991)
Custo atribuído ativo imobilizado	(8.323)	(5.999)
Total tributos diferidos, líquidos	(9.182)	(7.160)

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico da Sociedade.

	2022		2021	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	201.081	57.955	192.128	29.299
Provisões temporárias	1.828	279	1.074	164
(-) Créditos fiscais não constituídos	(187.428)	(54.020)	(161.529)	(24.633)
	15.481	4.214	31.673	4.830
Passivo				
Custo atribuído	44.388	14.328	45.907	9.974
(-) Depreciação/baixas	(18.605)	(6.005)	(18.295)	(3.975)
Extensão Outorga – GSF	21.556	5.073	27.571	5.991
	47.339	13.396	55.183	11.990
Total IR diferido patrimonial		9.182		7.160

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

Todas as controladas da Sociedade tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto para as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Alegre I, Vista Alegre II, RN Holding e Apollo Comercializadora, que foram tributadas pela sistemática do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas Bioeletricidade Holding, Vista Algre I, Vista Alegre II, RN Holding e Apollo Comercializadora possuíam um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$16.686, e em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 15.030. O total dos prejuízos fiscais das controladas em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 49.075 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$44.208).

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e contribuição	46.341	(50.351)	57.243	(47.533)
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (1)	(15.755)	17.144	19.415	16.185
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	25.313	(21.172)	-	-
Mais valia	(3.809)	(13.077)	(4.983)	(14.251)
Diferido - variação alíquota 25% para 6,25% (3)	(7.770)	(2.132)	(7.770)	(2.132)
Incentivo Lucro da exploração	-	3.904	-	3.904
Incentivos Fiscais – PAT	-	68	-	68
Lei do Bem	-	336	-	336
Diferencial tributação presumido	-	-	23.616	6.464
Crédito tributário diferido não constituído (4)	-	-	(4.857)	(28.322)
Reversão (constituição) de créditos fiscais (2)	-	1.317	491	1.318
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.022)	(13.612)	(12.918)	(16.430)

(1) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(2) A controlada, representado, substancialmente, pelo reconhecimento contábil do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e provisões temporárias.

(3) A variação na alíquota se refere à diferença do reconhecimento de alíquota nominal e do reconhecimento da alíquota reduzida em função do Lucro da Exploração. Este diferido é calculado com alíquota de 15,25% e a alíquota nominal do IRPJ/CSLL é de 34%, e conseqüentemente ocasionando uma variação, que foi reconciliada para fins de registro dos impactos das diferenças temporárias de IRPJ/CSLL na demonstração do resultado do exercício.

(4) As controladas optantes do lucro real, em 2022, não constituíram créditos tributários diferido em função da falta da expectativa da efetiva geração de lucros tributáveis futuros.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Contas a receber					
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	1.669	-	-
Elera Renováveis S.A.	(a)	7	41	7	12.370
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	7.102	847
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	(a)	6.650	8.887	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	35	-	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	23	-	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	35	23	-	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	23	-	-
Geração Central Eólica Renasença I S.A.	(a)	-	35	-	-
Geração Eólica Renasença II S.A.	(a)	-	35	-	-
Geração Central Eólica Parque Renasença III S.A.	(a)	-	35	-	-
Geração Central Eólica Complexo Renasença IV S.A.	(a)	-	35	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(a)	13	1.893	-	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	35	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	11	-	-	-
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(a)	2	2	2	2
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	2	-	2
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	2.126	-	-
		6.718	14.899	7.111	13.221
Dividendos a receber					
Apollo Comercializadora Ltda.	(b)	407	-	-	-
Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.	(b)	39.532	16.198	-	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(b)	4.404	3.229	-	-
PCH Zé Tunin S.A.	(b)	930	2.161	-	-
SPE Cristina Energia S.A.	(b)	815	227	-	-
		46.088	21.815	-	-
Mútuos a receber					
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(c)	3.000	3.000	-	-
Pérola Energética S.A.	(c)	93.046	100.386	93.046	100.386
Santo Ivo Energética S.A.	(c)	-	-	-	389
		96.046	103.386	93.046	100.775
Passivo					
Contas a pagar					
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	495	-	-	-
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	-	-	-	54
Elera Renováveis S.A.	(d)	650	17	30.209	31.229
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	-	1.092	-	1.092
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(d)	9.524	-	9.524	-
Itiquira Energética S.A.	(d)	-	376	-	376
Phoenix Geração de Energia S.A.	(d)	-	-	556	556
Santo Ivo Energética S.A.	(d)	272	-	272	-
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(d)	-	-	10	10
		10.941	1.485	40.571	33.317

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Dividendos a pagar					
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(e)	10.770	-	10.770	-
Santo Ivo Energética S.A.	(e)	308	-	308	-
Outros acionistas não controladores de RN Holding	(e)	-	-	45	38
		11.078	-	11.123	38
Mútuos a pagar					
Apollo Comercializadora Ltda.	(f)	13.016	-	-	-
		13.016	-	-	-

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(g)	367	-	-	-
Elera Renováveis S.A.	(g)	-	-	15.211	13.980
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(g)	-	-	80.010	2.515
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(g)	-	-	4.288	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	546	-
Savana Geração de Energia S.A.	(g)	-	-	552	-
		367	-	100.607	16.495
Receita					
Venda de energia (comercialização)					
Apollo Comercializadora Ltda.	(h)	-	29.899	-	25.150
Phoenix Geração de Energia S.A.	(h)	-	709	-	709
Savana Geração de Energia S.A.	(h)	-	2.681	-	2.681
		-	33.289	-	28.540
Custo					
Compra de energia					
Brasil Central Energia Ltda.	(i)	-	-	-	639
Elera Renováveis S.A.	(i)	-	-	27.012	15.850
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(i)	-	-	14.233	3.928
Brookfield Gestão e Energia S.A.	(i)	-	-	3.391	-
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	825	-
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	853	-
		-	-	46.314	20.417
Custo					
Compra de energia (comercialização)					
Apollo Comercializadora Ltda.	(j)	5.860	23.817	-	8.499
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(j)	-	12.860	-	12.860
Itiquira Energética S.A.	(j)	-	4.429	-	4.429
		5.860	41.106	-	25.788
Serviço de ADM					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(k)	1.095	914	4.129	1.684
		1.095	914	4.129	1.684
Despesas financeiras					
Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia	(l)	-	11.744	-	11.744
Santo Ivo Energética S.A.	(l)	-	258	-	258
		-	12.002	-	12.002

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Venda de energia elétrica, acima da Garantia Física, para outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (j) Compra de energia elétrica, para operações acima da Garantia Física, de outras empresas do grupo;
- (k) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (l) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo.

A remuneração dos administradores das Sociedades em 2022 foi de R\$192

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 700.000 (R\$ 375.416 em 31 de dezembro de 2021).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2021.

Controladas em operação

A Sociedade e suas controladas têm como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo.

Abaixo o resumo das coberturas dos ativos em operação separados por grupo de geração, PCHs, Biomassas e Eólicas:

PCHs – Tomador Tangará Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 400.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

Biomassas – Tomador Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.

Em 31 de dezembro de 2022, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 600.000 (R\$ 600.000 em 31 de dezembro de 2021).

Eólicas – Tomador Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$ 1.100.000 (R\$ 1.100.000 em 31 de dezembro de 2021).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.939	6.939	-	15.079	15.079
Mútuos a receber	96.046	-	96.046	103.386	-	103.386
Contas a receber	23.305	-	23.305	31.380	-	31.380
Depósitos judiciais	-	13	13	-	13	13
Dividendos a receber	46.088	-	46.088	21.815	-	21.815
	165.439	6.952	172.391	156.581	15.092	171.673

Ativos financeiros	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	36.145	36.145	-	68.033	68.033
Mútuos a receber	93.046	-	93.046	100.775	-	100.775
Contas a receber	54.233	-	54.233	67.999	-	67.999
Depósitos judiciais	-	669	669	-	476	476
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	17.152	17.152	-	14.472	14.472
	147.279	53.966	201.245	168.774	82.981	251.755

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	20.667	12.511
Arrendamento	257	354
Dividendos a pagar	11.078	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	543.842	588.130
	575.844	600.995

	Consolidado	
	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	86.409	75.869
Arrendamento	6.255	5.187
Dividendos a pagar	11.123	38
Empréstimos, financiamentos e debêntures	751.515	837.325
	855.302	918.419

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2022 e 2021.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	36.145	68.033
Depósitos restituíveis e valores vinculados	17.152	14.472

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, possuem garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco de geração (Usinas biomassas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras termelétricas à biomassa depende diretamente da energia efetivamente gerada pela queima do bagaço de cana de açúcar.

Quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo, o custo de aquisição pode ser, em dados momentos, maior que a receita de contratos, gerando perdas para as controladas da Sociedade.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade de combustível, oportunidades de adequação dos montantes contratos à expectativa de geração e oportunidades de compra de energia no mercado.

vii) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco hidrológico*--Continuação

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor (GSF)*, fazendo com que as controladas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas da Sociedade controlam o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

viii) *Risco de geração (Usinas eólicas)*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras eólicas depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora eólicas, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita das controladas da Sociedade.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, as controladas da Sociedade deverão adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para a mitigação do risco de geração, as controladas da Sociedade gerenciam a disponibilidade dos parques geradores, mantendo altos padrões de operação e manutenção.

ix) *Risco de não renovação da autorização*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

ix) *Risco de não renovação da autorização*--Continuação

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

x) *Risco de não renovação da autorização (Usinas biomassas)*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração de serviços de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas movidas à biomassa. Apenas a Lei nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art.26, estabelece que os empreendimentos de biomassa que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

x) *Risco de não renovação da autorização (Usinas biomassas)*--Continuação

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

xi) *Risco de não renovação da autorização (Usinas eólicas)*

As controladas da Sociedade detêm outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito de renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. Apenas a Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, estabelece que os empreendimentos de fontes eólicas que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas, não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas às controladas da Sociedade pelo Poder Concedente.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para as controladas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

xii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Apollo Comercializadora Ltda., controlada da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui, ainda, o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A controlada Apollo possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

Tangará Energia S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

27. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 15 de fevereiro de 2023.